

**FLORESCER E MURCHAR DOS LARANJAIS: REFORMA E
CONTRARREFORMA AGRÁRIA NUMA FAZENDA PERUANA (1958-2005)**

**BLOOM AND WITHER OF THE ORANGE TREES: REFORM AND AGAINST
AGRARIAN REFORM IN A PERUVIAN FARM (1958-2005)**

*Vanderlei Vazelesk Ribeiro*¹

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

Resumo: Neste trabalho discutiremos a formação da Fazenda Huando em Huaral Peru, a luta do sindicato campestre pela realização de uma reforma agrária no início dos anos 1970 e as dificuldades da cooperativa de produção ali formada. Também, avaliaremos o processo de parcelação das terras e sua reconcentração, que neste momento segue em marcha acelerada.

Palavras-chave: Reforma Agrária; sindicatos campestres; Fazenda Huando.

Abstract: In this work is discussed the formation of Huando Farm in Hural, Peru; the struggle of the peasant syndicate for the making of an agrarian reform in the first years of the 1970's and the there founded cooperative's hardship. It is also evaluated the land division process and its reconcentration, which at this point runs rapidly.

Keywords: Agrarian Reform; Peasant Syndicate; Huando Farm.

1. INTRODUÇÃO

“Os pobres descendem dos Incas, os muito pobres dos povos pré-incaicos, os ricos dos espanhóis e os muito ricos dos aviões. Sua pátria é o dinheiro”.

Zózimo Torres, dirigente sindical da Fazenda Huando e de sua cooperativa, organizada depois da reforma agrária (BURENIUS, 2001).

Analisar processos históricos de ampla magnitude deixa muitas vezes o pesquisador com a impressão de que está sempre num balão, realizando um voo panorâmico em torno de seu objeto. O autor destas linhas tem-se dedicado a quase uma década ao estudo da Reforma e contrarreforma agrária peruana, que se desenvolveu entre as décadas de sessenta e noventa do século passado. Processos iniciados a partir da emergência de importantes movimentos campestres, como a histórica greve insurrecional liderada por Hugo Blanco em La Convención em 1962, que ganhou impulso a partir da lei de reforma agrária aprovada num resistente congresso em 1964, decolando em 1969, sob o influxo dos tanques de guerra do general Velasco Alvarado,

¹ Professor Doutor junto à Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO. E-mail: vazelesk@uol.com.br.

que, numa atitude raríssima em “Nuestra América”, conquistavam fazendas a partir do decreto-lei nº 17.716, promulgado neste ano.

A reforma foi extremamente bem-sucedida do ponto de vista quantitativo: em sete anos, nove milhões de hectares foram transferidos a trezentos e setenta mil famílias e quinze mil propriedades viram-se afetadas (ÁGUILA, 2010, p. 5). Entretanto, seus resultados seriam extremamente contraditórios: rompeu relações seculares de dependência dos camponeses face aos terratenentes, promovendo o deslocamento do eixo de poder no meio rural, mas ao mesmo tempo não significou o salto de quantidade e qualidade na produção que dela se esperava. Representou, em princípio, maior autonomia para o camponês, mas quando este se viu a braços com um mercado que não controlava, as dificuldades foram imensas (RIBEIRO, 2014a, p. 265; MEJÍA, 1990, p. 37). Nos anos 1990, em plena emergência da ditadura fujimorista, o processo, que já perdera estímulo desde a volta de Fernando Belaúnde Terry ao poder em 1980,² sofreu seu golpe definitivo, com a permissão da venda de terras em área reformada a partir de 1991, e em 1995, quando se reorganizou o mercado de terras.

Se o olhar sobre o nacional nos deixa a impressão do sobrevoo, neste trabalho buscaremos colocar os pés na terra: vamos observar um processo de reforma e contrarreforma numa fazenda: Huando. Avaliar o micro como tantos autores já fizeram, desde Carlo Ginzburg (1987) em seu clássico, “O Queijo e os Vermes”, possibilita aprofundar um pouco reflexões já esboçadas em outros trabalhos. Sem o brilhantismo do historiador italiano, o que pretendemos fazer, é uma discussão a respeito da luta em torno da fazenda Huando, localizada na cidade de Huaral, província do mesmo nome³, departamento de Lima, na costa norte peruana. Podemos, neste trabalho, perceber Huando como um ponto importante de observação das esperanças em torno da luta por reforma agrária no Peru, do florescimento desta esperança, quando da ascensão do governo militar do general Velasco Alvarado, em 1968, e das expectativas em torno da organização da cooperativa em 1972-1973. Posteriormente, vemos as dificuldades crescentes da cooperativa, a ponto de, para a maioria dos cultivadores, parecerem incontornáveis a partir dos anos de Fujimori, levando-os a parcelar as terras da cooperativa. Ainda poderemos observar o depois da parcelação, quando os dois grupos estarão a postos na reivindicação de seu passado, os que apostaram na conservação de

² Fernando Belaunde Terry foi eleito pela primeira vez em 1963, e em seu governo foi aprovada a lei de reforma agrária no parlamento. Foi deposto em 1968, no golpe militar desfechado por Velasco Alvarado (COTLER, 2006, p. 257).

³ A província de Huaral se chamou Chancay até 1976.

um trabalho coletivo e aqueles que foram pelo caminho individualista. Optamos pelos marcos temporais de 1958, por ser o momento da formação do sindicato dos trabalhadores da fazenda Huando, e 2005, por marcar a transferência de boa parte das terras à empresa Santa Patrícia. Entretanto, teremos de recuar bastante no tempo para poder desenvolver uma análise mais acurada a respeito deste processo.

Este trabalho está apoiado nas memórias de Zózimo Torres, histórico sindicalista que, originalmente ligado ao APRA, passou para as fileiras comunistas, sendo muito influente na luta por reforma e nos primeiros anos de vigência da cooperativa. Também nos apoiaremos nas reflexões de Juan Alberto Rocha Águila, que escreveu uma dissertação de licenciatura para a Pontifícia Universidad Católica do Peru, calcada em entrevistas realizadas com parceiros e sindicalistas, mais de quinze anos após a parcelação. Neste trabalho, vamos lançar nossas lentes sobre este ponto do processo de reforma e contrarreforma agrária no Peru, a fim de perceber os efeitos locais destes acontecimentos. Como nos lembra Alejandra Salomón em seu livro intitulado “Peronismo em Clave Rural y Local”, é fundamental perceber como os acontecimentos de corte nacional interagem com os aspectos do cotidiano nos níveis do “Pueblo”, aqui entendido como cidade ou povoado. Portanto, vamos a Huaral, mais exatamente para a fazenda Huando, que por cinco gerações pertenceu à família Graña, passou pelas mãos dos trabalhadores e hoje, em grande parte, está com o grupo Romero, sob o nome Santa Patrícia.

2. DA CONSTRUÇÃO À REFORMA AGRÁRIA: CAMINHOS DE UMA FAZENDA (1820-1969)

“Tenho sangue negro! Não me falem mal do clube Alianza Lima!”.

Fernando Graña, um dos proprietários de Huando no momento da reforma agrária (*apud* BURENIUS, 2001, p. 53).

A costa norte do Peru, ainda que tenha desenvolvido culturas que deixaram importantes marcas arqueológicas na região, só foi conquistada pelo império Inca poucas décadas antes da invasão espanhola, consolidada a partir de 1532. Não por acaso, Marina Zuluaga Rada observa que a conquista desta zona pode ser dita como negociada, já que muitos que ali viviam ainda não se sentiam parte efetiva do império incaico, percebendo no conquistador um aliado (RADA, 2012, p. 32).

O processo de conquista acompanhou a doação de mercês (grandes extensões de terras) e principalmente a cessão dos índios locais em *encomienda*, ou seja, trabalhariam para os fazendeiros, teoricamente, em troca de receberem a fé católica (ÁGUILA, 2008, p. 25). As populações indígenas locais podiam, em tese, manter-se em suas comunidades, desde que trabalhassem nas novas plantações. Além do cultivo de bens já existentes na região, os europeus introduziram o açúcar, a uva, o gado bovino, mais tarde e, bem mais tarde, o algodão. A população indígena, como na costa brasileira, sofreu importante mortandade, seja por guerras, seja por doenças, e os espanhóis introduziram rapidamente os escravos africanos na região.

A fazenda Huando tem origem duvidosa: sabe-se que pode ter sido uma mercê doada a Hernando Acunha, mas há a hipótese de que tenha sido uma parte comprada aos indígenas, a partir de 1560, sendo a outra “comprada” aos índios por Hernán González, a partir de 1595, passando para María Villarroel, esposa de Pedro Santillana.⁴

O que se tem como certo é que, em 1820, Andrés de los Reyes, por ditos serviços prestados à causa independentista, recebeu de San Martín, o caudilho argentino, que operava no Peru, a grande extensão de terras. Sua filha e herdeira, Andrea de los Reyes de la Gacha, recebeu as terras e se casou com Valdo Graña. Daí nasceram nove filhos e, um deles Antonio Graña de los Reyes herdou Huando.

A memória da família Graña e mesmo a dos trabalhadores mostram este potentado como um pioneiro. Durante seu domínio na região este gamonal, nome que os peruanos atribuem a um megaproprietário local, que une poder político e econômico, atuou na eletrificação de Huaral, na construção de estradas e aperfeiçoando o abastecimento de água, durante a ditadura de Augusto B. Leguía (1919-1930).

Com sua morte, assume a fazenda o filho Carlos, lembrando-se sempre que a família tinha negócios em várias zonas da costa peruana. Carlos vende suas ações a Antonio e Fernando Graña.

A partir de sua administração em fins da década de 30, implantaram as famosas laranjas Washington Navel, mais conhecidas como Huando. As laranjas sem semente foram trazidas pelo pai, Dom Antonio Reyes, mas o cultivo passa a ser feito em Huando de forma sistematizada pelos dois filhos, Antonio e Fernando. De acordo com Águila (2008), neste momento a costa peruana começa a sofrer modificações importantes. Anteriormente os fazendeiros arrendavam suas terras, e muitos japoneses se fizeram

⁴ Rocha Águila utiliza a expressão comprar terras aos índios (ÁGUILA, 2008, p. 29). O autor não esclarece como teria sido esta compra.

cargo delas. Por outro lado, os *yanacunas*, camponeses que tinham acesso à terra, em troca de prestação de serviços, começaram a ser substituídos pelos fazendeiros que queriam ter a condução direta de suas propriedades. Isso se tornou mais intenso a partir da lei de *yanaconage* em 1947, quando os *yanacunas* teriam a perspectiva de passar a ter o direito à propriedade das terras que cultivavam depois de certo número de anos.

No norte peruano, especialmente a partir da segunda guerra mundial, os fazendeiros se interessavam mais pela condução direta, face ao florescimento dos preços das commodities no mercado mundial, em virtude do conflito planetário. Isso, aliás, ocorreu em outros países latino-americanos, como a Argentina, onde os arrendatários *pampeanos* perdiam o acesso à terra, já que os fazendeiros queriam trocar a produção de cereais pela criação de gado para exportação (RIBEIRO, 2008, p. 137).

Em Huando não foi diferente, e os irmãos Graña passaram a oferecer a seus *yanacunas* terras em lugares distantes como Meio Mundo e, no limite, os expulsavam da fazenda. As laranjas de Huando frutificavam e os lucros, não apenas com o mercado interno, mas também com a exportação para os EUA e Europa, mostravam o caminho da prosperidade para os fazendeiros.

O Peru foi muito marcado por conflitos agrários durante o século XX na costa, serra e selva. Entretanto, mesmo as memórias produzidas por sindicalistas não destacam este tema. Não encontramos nas obras por nós analisadas referências a conflitos com a família Graña, durante a expansão dos cultivos de cítricos, seja na luta pela terra, seja em relação ao trabalho, a não ser na referência a expulsão de *yanacunas*. Talvez isso se deva ao fato de que, como nos lembra Rocha Águila, os *yanacunas* não eram bem vistos pelos trabalhadores contratados. Os viam como gente muito ligada ao patrão, que se considerava superior aos trabalhadores do campo e eram sentidos como muito rigorosos em seu tratamento. Desta forma o que se passasse com os *yanacunas* não era visto com tanto incômodo pelos trabalhadores.

Huando era uma fazenda muito conhecida não só pelos laranjais, mas pelos cavalos de corrida, pelos touros de D. Fernando e pelos galos de briga da fazenda. Antes da laranja tinha produzido algodão, mas agora, em plena década de 1950, as laranjas faziam a fortuna da terra. Zózimo Torres recorda que trabalhar em Huando era um sonho. Ele chegou lá em 1956.

Não é nosso objetivo reconstruir a biografia do dirigente sindical. Basta dizer que era órfão de pai e mãe, desde tenra idade, que passou trabalhando desde criança de fazenda em fazenda e que, na década de 1940, durante o governo do presidente Luiz

Bustamante (1945-1948), teve contatos com as lideranças apristas. O partido do lendário Victor Raúl Haya de La Torre levantara a bandeira de uma profunda reforma agrária já na década de 1920, e participara das eleições de 1931, e de uma insurreição frustrada em 1932. Embora ilegal, a Alianza Popular Revolucionária Americana, ou mais simplesmente, o APRA, será o punho serrado de um nacionalismo de esquerda peruano, que terá implantação na organização de sindicatos desde a década de 1920 até o início dos anos 1960, ainda que sofresse vigorosa repressão das autoridades.

Para Torres, conhecer os apristas foi aprender outro abecedário e mergulhar na compreensão da história de seu país. Assim, quando chega a Huando, já passara por um processo de politização. E chegara em 1956, quando os apristas voltaram à legalidade no esquema da Convivência, ou seja, uma relação mais cordata com a oligarquia peruana (RIBEIRO, 2014a, p. 267).

Deste modo, em 1958, Torres e companheiros como Pedro Rojas e Erasmo Paulino fundam o sindicato de trabalhadores. Zózimo torna-se secretário-geral em 1959 e começam as reivindicações. As memórias sobre este período são divergentes: há trabalhadores que afirmam, em entrevistas à Águila, que em Huando se pagava mais que nas outras fazendas da região, sendo os fazendeiros os responsáveis por isso. Já Zózimo e outros sindicalistas recordam que as condições só melhoraram a partir da luta sindical. O sindicato, aliás, só foi reconhecido em 1962 pela fazenda. Isso não evitava pressões: dar aos sindicalizados os trabalhos mais pesados, favorecer aos não sindicalizados com presentes ou melhorias. Desta época, se destaca o paternalismo como os trabalhos sociais dos patrões, o esforço em mostrar que se podiam conseguir melhoras sem mobilizações, bastando ser leal ao patrão. Daí os direitos como férias e salário-família, serem mostrados e recordados como uma dádiva.

Torres recorda, entretanto, que a partir da intervenção do sindicato, a relação entre o camponês e os proprietários deixou de ser de fiéis tementes a um ser todo poderoso. Lembra, inclusive, que acertada a pauta de reivindicações, patrões e sindicalistas costumavam almoçar juntos. D. Fernando, inclusive, doou muitos livros para a biblioteca do sindicato criada em 1963. A situação, porém, mudaria radicalmente.

A década de 1960 no Peru foi bastante movimentada no plano agrário. Em 1960 a Comissão para Reforma Agrária e Vivenda, após quatro anos de trabalho, publica sua proposta de reforma, preservando complexos agroindustriais. Isso já era uma resposta à crescente movimentação camponesa. Apristas organizavam greves na costa e

articulavam sua Federación Nacional de Campesinos Del Perú.⁵ Enquanto isso, nas zonas serranas, os dirigentes comunistas articulavam a recuperação de terras que as antigas comunidades tinham perdido para as fazendas pecuaristas e, em 1962, a ala maoísta passaria a controlar a Confederación Campesina Del Perú (RIBEIRO, 2014b, p. 45).

Neste mesmo ano, as atenções nacionais e internacionais foram atraídas para a épica luta liderada pelo jovem trotskista Hugo Blanco, na Província de La Convención, departamento de Cuzco. Uma greve de nove meses, onde os arrendatários se recusaram a trabalhar para os patrões, mas o faziam para si mesmos significou, na prática, a reforma agrária na região. Em Pasco, na mesma época, Elías Tácuna, um dirigente do PARA, rompia com o partido para liderar a recuperação de terras tomadas à comunidade pela companhia mineradora Cerro de Pasco.

Em junho de 1962, o setor castrense desfechou um golpe de Estado para evitar a vitória de Haya de La Torre nas eleições presidenciais: tanto Haya como as forças armadas tinham mudado; o primeiro tornara-se eminentemente conservador. Zózimo, mesmo, recorda que pouco depois deixou o aprismo pelo PC peruano, pois o discurso não enfocava mais a reforma agrária e o fim da exploração dos trabalhadores pelos terratenentes, mas sim o desenvolvimento (BURENIUS, 2001, p. 213). Os setores castrenses progressistas viam na reforma agrária dois objetivos: desenvolver economicamente o país, criando um amplo mercado interno, e inocular no campesinato a vacina contra a revolução, mostrando-lhe que sem ela poderiam alcançar a propriedade da terra (MEDRANO, 2008, p. 78).

Não por acaso, após o golpe do general Pérez Godoy, os militares legalizaram o que fora feito em La Convención e prepararam as bases de uma lei de reforma agrária a ser aprovada depois das novas eleições. Em 1964, o congresso aprova uma lei que estabelecia quarenta trâmites entre a desapropriação e a adjudicação de terras aos camponeses. Mas a reforma agrária não era mais subversiva.

Os militares perceberam o efeito vacinal da reforma em 1965. Luiz de La Puente, antigo aprista, líder do Movimiento de Izquierda Revolucionaria, quis fazer de la Convención, sua sierra Maestra. Ali, onde a reforma já estava feita, o guerrilheiro teria muito pouco apoio. Provavelmente por isso, nove meses depois de empalmar o poder em 1968, os militares desencadearam um dos mais importantes processos de

⁵ De acordo com autores que temos avaliado o congresso inaugural da entidade foi em 1962 (SALGADO, 1989, p. 6). Entretanto, Torres sustenta ter sido em 1960.

reforma agrária no continente. Se o movimento camponês estava dividido e desmobilizado em 1969, nada garantia que continuaria deste modo. A fazenda Huando se tornaria, nos meses seguintes, um cenário desta luta.

3. HUANDO: DA REFORMA À CONTRARREFORMA 1969-1992

“Faltou unidade de classe. Cada um achou que tinha um general amigo e nada ia passar com ele”.

Luiz Gamarra Otero, presidente da Sociedade Nacional Agraria antes da reforma agrária (OTERO, 2007, p. 145).

Quando o Decreto nº 17.716 foi promulgado em junho de 1969, ainda que bastante assustados pelo impacto do mesmo, materializado na presença de tanques de guerra nas porteiças do histórico Engenho Casa Grande, símbolo da oligarquia açucareira peruana, os irmãos Antonio e Fernando aparentemente não tinham o que temer. Sua fazenda Huando estava bem administrada, produzindo e gerando lucro. O sindicato podia ser um incômodo, mas já se haviam acostumado com ele. O filho Tony, de Antonio, participara mesmo na última reunião com os sindicalistas, pois se preparava para assumir o comando da fazenda. Além do mais, tinham o general Artola, no ministério do interior, que parecia ser um porto seguro. De todo modo os irmãos, que aliás não se entendiam tão bem assim (cada um tinha sua equipe e sua faixa de terra), decidiram utilizar um dispositivo previsto no Decreto: a parcelação por iniciativa privada. Este dispositivo fora concebido como uma forma de o setor privado auxiliar na reforma, pelo menos era esta sua justificativa. Contudo, o que se fez em Huando e em várias fazendas do departamento de Lima, foi uma parcelação de fachada, como aliás já se fizera na argentina peronista, poucos meses antes da posse de Perón em 1946.

Em outubro, solicitou-se à direção de reforma agrária a autorização para parcelar a propriedade em quarenta e oito lotes. Metade dela ficaria com membros da família e a outra seria dividida entre empregados de escritório, investidores de Lima e alguns camponeses, considerados leais. Aliás, estes camponeses sobreviveram como pequenos proprietários à reforma agrária e, ainda na primeira década do século XXI, orgulhavam-se de suas relações com o patrão (ÁGUILA, 2010, p. 6).

Para os trabalhadores não beneficiados pela parcelação, aquele era o pior dos mundos. Com o sindicato, ou mesmo antes dele, estavam acostumados a ter direitos:

férias, posto médico, seguro social. Agora, se trabalhavam para parceiros, era como trabalhar para “*hacendados en chiquito*”, sentindo o peso da exploração.

Analisando a parcelação, Rubio Marcial Corréa lembra que ela teve, do ponto de vista jurídico, irregularidades importantes. A ideia de dividir quatro lotes, prometendo subdividi-los, era totalmente ilegal e havia parcelas que ultrapassavam o mínimo inafetável na região de 150 hectares (CORRÉA, 1973, p. 126).

A reação do sindicato não se fez esperar: primeiro os memoriais à direção geral da reforma agrária, depois uma greve em janeiro de 1970. Entre outubro de 1970 e fevereiro de 1971, uma movimentação importante: além da greve, as passeatas, as idas a Lima, o acercamento ao palácio de governo, a conversa de Zózimo Torres com Velasco Alvarado. Além do mais, a presença de Hugo Blanco, recém-libertado da prisão, no natal da Criança Huandenha, com a participação de setores progressistas da Igreja Católica, o apoio dos estudantes da universidade agrária, dos jornalistas do diário expresso. Finalmente, em 4 de fevereiro, a anulação da parcelação no diário *El Peruano*.⁶ A luta não terminara. Depois da parcelação anulada, faltava a expropriação de Huando: em agosto nova greve e uma verdadeira batalha campal entre os favoráveis à reforma e os que defendiam os patrões, apoiados pela polícia. Antonio Grana e seus sequazes literalmente destruíram o local do sindicato, incendiando a biblioteca na busca de Zózimo Torres. Mas como diz Arturo Sánchez, que atuava ao lado dos patrões, foi uma vitória de Pirro: afinal, a expropriação de Huando saiu em 4 de abril de 1972. A ação descabeçada de Antonio pode ter contribuído: o irmão desde a Espanha afirmava que não aceitava o modo atrabiliário de Antonio. A família deixou a fazenda. Ninguém ficou empobrecido, Fernando foi morar em Miraflores, bairro chique de Lima, Antonio também cuidou seus bens. O filho Tony morreu acidentado pouco tempo depois.

Realizada a expropriação, Huando se transformaria em cooperativa a partir de 1972. Entre junho de 1972 e junho de 1973, a fazenda antiga seria administrada por um comitê especial e depois passou às mãos dos trabalhadores.

Muitos trabalhos são extremamente críticos do modelo cooperativo adotado pela reforma agrária peruana. Escrevendo no calor da hora, em artigo publicado originalmente em 1975, Eguren (1985) lembra que as cooperativas ficaram muito dependentes dos técnicos que diriam ao camponês o que, quando e como plantar. Bonfiglio (1985), recorda a dificuldade dos créditos principalmente a partir da segunda

⁶ Ao revisarmos as atas de reuniões do governo militar para o ano de 1971, são recorrentes as referências à luta dos camponeses de Huando. Ver por exemplo: Acta Del 22 Enero Del 71, p. 43.

metade dos anos 1970. Enrique Mayer ressalta o fantasma que se apoderou dos camponeses durante os anos 1980, quando o risco de perder as terras para os bancos pareceu muito real. Um depoimento de Germán Gutiérrez, que muito se empenhara nas ocupações de terra do começo dos anos 70, expressa bem a condição em que se sentiam os cooperativados. “Minha cooperativa foi a primeira parcelar-se. Estávamos mal, tivemos perdas e vimos a cooperativa José Carlos Mariátegui ameaçada de leilão, e tivemos de nos mobilizar para impedir. Meu pai me influenciou. Um dia ele chegou e disse: ‘Está bonito teu milho. Me dá um pouco?’ Não posso. Preciso autorização. ‘Olhe, vocês são donos de tudo e de nada. Um dia chega o banco e toma o que vocês têm. Veja nossa situação, como pequenos proprietários.’ O banco não vai nos tomar a terra.”⁷

A referência, porém, que mais dialoga com as memórias dos huandenhos está presente no trabalho de Fernández de la Galla (1985). Todos os seus depoentes sublinham o pouco trabalho nas cooperativas. Os que mais trabalhavam seriam prejudicados, já que muitos não queriam dedicar-se. Zózimo Torres sublinha este fato. Foi secretário-geral entre 1973 e 1975, e afirma não ter facilitado tanto a vida dos que não se esforçavam. Entretanto, em seu período de gestão se observa algo que Mario Ginoccio, antigo gerente de uma cooperativa algodoeira em Piura sustentava: a cooperativa absorveu muito mais sócios do que poderia. Zózimo mesmo diz que aqueles que foram qualificados sem preencherem os pré-requisitos foram importantes depois tanto em sua destituição, como anos depois no processo de parcelação de Huando.

Zózimo ainda recorda a oposição aos projetos que os dirigentes da cooperativa sustentavam para desenvolver Huando: projetos de irrigação e para aperfeiçoar a produção de um estábulo leiteiro. "Opunham-se sem propor nada no lugar! Só por serem contra!", recorda o velho dirigente.

A cooperativa teria de pagar pela terra. De acordo com Zózimo, muitos acreditavam nas falas de dirigentes da Confederación Campesina Del Perú, no sentido de que não tinham de pagar pelas terras depois da reforma agrária.⁸ Outro ponto importante é o tema da saída de Zózimo da direção. Segundo ele, o fato de, ao trabalhar

⁷ MAYER, Enrique. *Cuentos Féos de la Reforma Agraria*. Lima: Iep, 2009, p. 215. Adaptação livre do autor.

⁸ De fato essa consigna existia desde o III congresso da CCP realizado em 1970. Mesmo após o racha na entidade liderado por Andrés Luna Vargas e os de Vanguarda Revolucionária, insistia-se no tema do não pagamento pela terra, já que se qualificava a reforma velasquista de burguesa. Argumentava-se que ou a terra pertencia à comunidade campesina e, portanto, fora tomada pelo proprietário, ou o camponês já tinha pago por ela após décadas de exploração (RIBEIRO, 2014b, p. 53).

como fiscal de balanças e apreender uma balança de uma comerciante do povoado, foi usado como pretexto para tirá-lo da secretaria-geral.

A partir de 1975, de acordo com Zózimo, a disciplina de trabalho relaxou-se rapidamente. De acordo com Rocha Águila, os promotores da Reforma Agrária sublinharam o fato de que os camponeses agora eram patrões. Muitos raciocinavam: se sou patrão, por que vou trabalhar duro? Imaginavam que o patrão não trabalhava, esquecendo o papel de coordenação das atividades. O relaxamento laboral devia estar sendo importante, já que em seu Plano de Ação, os dirigentes da Confederación Nacional Agraria, entidade criada em 1974, sob os auspícios do governo, lembravam que “é preciso convencer o irmão campesino que trabalhe oito horas por dia, pois do contrário os ex-terratenedores dirão que não podemos trabalhar a terra” (RIBEIRO, 2014, p. 262).

As memórias de Huando são recorrentes neste tema. Zózimo recorda: “Trabalhavam três dias completos e três meios dias. Havia muitos sábados. Um camponês saía às sete e às dez já dava por terminado o trabalho”.

Além da ideia de que o patrão não trabalhava, havia também a de se estar trabalhando para o Estado-patrão, como diriam os dirigentes da CCP. Desta maneira, fosse porque assimilava-se o fato de ser patrão à noção de não trabalho, fosse por acreditar-se que se trabalhava para um patrão ainda mais impessoal, o Estado, a indisciplina se expandia. A queda na produção foi inevitável. Das treze mil toneladas em 1970 baixou-se para seis mil e duzentas em 1972, seis mil e oitocentas no ano seguinte, chegando a 3 mil em 1977 e mil quatrocentos em 1983.

Com a queda da produção, não havia lucros a distribuir. Os sócios-trabalhadores buscaram então beneficiar-se dos serviços das cooperativas. De acordo com Zózimo, seu sucessor Pablo Falcón era extremamente pródigo em empréstimos. A cooperativa tinha médicos, dava remédios de graça, ônibus para levar os filhos dos sócios à escola, pagava-se jetons a dirigentes por comparecimento em assembleias, e empréstimos aos sócios, que jamais eram pagos. A situação se deteriorou, especialmente quando se realizaram empréstimos junto ao Interbank, além da dívida com o seguro social.

A partir da segunda metade da década de 1970, mudanças importantes ocorreriam no Peru, refletindo-se no sistema cooperativo e em Huando. Velasco Alvarado foi deposto por um golpe militar e o novo governo chefiado por Francisco Morales Bermúdez adotou uma linha mais ortodoxa numa economia sacudida primeiro pelo aumento dos juros decorrente dos choques do petróleo (a dívida peruana, como a

dos demais países latino-americanos, tinha juros pós-fixados), e, posteriormente, com a cobrança de empréstimos para obras como o projeto de irrigação “Chira-piura” e a compra de armas no exterior.

No plano agrário tentava-se cobrar a dívida das cooperativas e o crédito se restringia. Isso deixava o sistema cooperativo extremamente fragilizado e, a partir de 1980, a ideia de parcelar as áreas das cooperativas costeiras ganhou projeção.

O novo governo do velho presidente Fernando Belaúnde Terry, eleito em 1980, aprovou o Decreto Legislativo nº 2, de 1980. Era o início de uma contrarreforma agrária, não tão fulminante como a chilena, desencadeada face à ascensão do ditador Augusto Pinochet em 1973, mas de todo modo de consequências importantes no longo prazo: abertura da Amazônia a inversões estrangeiras, possibilidade de médios proprietários reivindicarem terras ditas abandonadas e, no caso das cooperativas, a autorização da parcelação de suas terras.

Na costa, o movimento de parcelação foi extremamente importante. Dirigentes buscaram retalhar a terra para esconder a corrupção nas cooperativas, muitos entenderam que era importante dividir para atuar de forma independente, mas em Huando o processo de parcelação seria muito posterior à onda dos anos 1980. Em 1985 fora formada, com apoio da Organización Nacional Agraria, entidade que congregava proprietários sobreviventes da reforma a Asociación Nacional de Parcelarios, visando evitar a anulação da parcelação, que tanto o apista Alán García, afinal vitorioso, como o líder da Izquierda Unida, Alfonso Barrantes, prometiam. Pois bem, se na costa a parcelação avançara, em Huando só neste ano de 1985 começa-se a discutir a proposta em meio a uma dívida crescente e a uma situação bastante precária.

Mais para o final da década, com o país enfrentando uma inflação de quatro dígitos, forma-se a frente independente, que sustenta a necessidade de parcelar as propriedades, mantendo-se apenas uma cooperativa de usuários; aliás, já havia mesmo a comissão de usuários de água de Huaral, com representantes de Huando (ÁGUILA, 2008, p. 76).

Além da dívida e da falta de trabalho, o problema do desvio se generalizava. Luiz Galardo, um dirigente de meados da década de 1980, era um corrupto franco, no dizer de Zózimo Torres: “o que ganho não dá para sobreviver”, diria nas assembleias. Até onde falamos de roubo, e até onde falamos simplesmente do uso de recursos para sobrevivência? Alta dívida, sem chance de crédito, a dificuldade climática em anos como 1983. As laranjas Huando fora do mercado, chegou-se mesmo a ensaiar a criação

de coelhos nos antigos pomares de laranja, lembra desgostoso Zózimo Torres. Como atuar eticamente neste contexto?

Deste modo, o que os lutadores da reforma agrária chamaram o “vírus da parcela” foi-se instalando entre os cultivadores. A frente Independente conseguiu controlar a cooperativa. Em 1992, foi aprovada a parcelação. Entretanto, o que os hispânicos chamariam a “mística do trabalho coletivo”, ainda tinha vigência: na hora do voto, 281 sócios aos gritos de “*Tierra! Tierra!*” aprovaram a parcelação, mas 172 votaram contra. Estes pediram para continuar o trabalho coletivo: uma nova fase na vida da antiga *hacienda* ia começar.

4. DEPOIS DA PARCELAÇÃO

“Eu tive desejo de ficar com uma parcela, mas eu era dirigente sindical. Não poderia. Hoje me arrependo, mas que fazer?”

Senhor Teodoro, em depoimento a Rocha Águila.

A partir de 1992, desfeita a cooperativa, os huandinhos dividiram-se em dois grupos: aqueles que tocaram sua parcela individualmente e os que conformaram a Empresa Agroindustrial Huando (Emagrin). Divididas as terras, (cerca de um terço, quatrocentos hectares ficaram para a empresa), também se dividiu a dívida. Os parceleiros ficaram com uma dívida de quatrocentos e vinte mil dólares, mas conseguiram desenvolver um plano para quitá-la: em 1993, a colheita que obtivessem (muitos focaram na produção de tangerina, mais rentável que a tradicional laranja), ficaria para a cooperativa de usuários como pagamento da dívida. Entre 1994 e 1996, quarenta por cento passariam para a cooperativa. No fim dos anos noventa, bem ou mal, a dívida estava paga.

Mesma condição não tiveram os de Emagrin. Neste momento também não se plantava laranja, mas tangerina, noz pecã e abacate. As dívidas não pagas levam a pressões do Interbank, principal credor, e uma empresa da região propõe aos sócios comprar as ações da Emagrin. Nova divisão se fez entre os antigos cooperativistas: um grupo, dos mais velhos, sustentava não haver mais possibilidade de continuar com o negócio, sendo melhor vender as ações. Cada parceleiro tinha ficado na divisão das parcelas com 2,4 hectares de terra. Então, os sócios da cooperativa tinham o equivalente a isso em ações. Os representantes da empresa ofereceram o equivalente a treze mil soles, quando o valor da terra alcançaria vinte mil soles. Assim mesmo, 112 dos sócios

decidiram vender suas ações. Quarenta outros⁹ preferiam ficar com elas. A empresa prometia trabalho e participação nos lucros para estes sócios. Em 1999, a empresa não pagou a dívida e se declarou falida e os quarenta sócios arcaram com o prejuízo total.

O fato de os parceleiros terem pago a dívida não significa que estavam numa situação tão superior aos demais sócios. Foi necessário vender cerca de vinte hectares para ajudar o pagamento da dívida. Além do mais, agora era necessário competir por crédito e outros recursos num mercado disputado nos tempos de Fujimori. De todo modo, quando entrevistados, os parceleiros referem-se à sua situação como muito melhor do que a dos sócios de Emagrín. Enquanto os primeiros, bem ou mal, ficaram com um pedaço de terra, uma garantia, os segundos recebem uma aposentadoria ínfima (ÁGUILA, 2008, p. 132). Já os antigos sócios recordam que a situação dos parceleiros não é tão vantajosa assim. O método como as parcelas foram adjudicadas aos camponeses era o sorteio: desta maneira houve gente que recebeu seu pedaço de terra, 2,4 hectares¹⁰, em áreas pedregosas, enquanto houve quem recebesse área plantada e adubada. Entre os parceleiros valoriza-se muito o discurso do trabalho, do que se dedica, do que se desdobra, a noção de que é necessário sacrificar-se para o futuro. “O homem de trabalho sempre pode progredir, o que não, se conforma com o que tem”, lembra o senhor Armando (ÁGUILA, 2008, p. 112).

Outro grupo de parceleiros também valoriza bastante em seu discurso o tema do trabalho: estamos nos referindo aos trinta e nove parceleiros, que ficaram com as terras pelos patrões no processo de parcelação por iniciativa privada. Embora os sindicalistas do início dos anos 1970 quisessem toda a terra, estes parceleiros não tinham lotes superiores a quinze hectares e puderam ficar com eles. Para eles, o tempo bom de Huando era o do patrão. A cooperativa está associada à desordem, ao roubo, à falta de trabalho. Nas entrevistas realizadas por Rocha Águila, estes parceleiros domiciliados em Campo Grande lembram que são mais unidos que os de cima, da antiga cooperativa, e não gostam da participação dos antigos parceleiros na associação de usuários de água. Isso seria devido ao fato de eles, os antigos parceleiros, terem capacidade de liderança, e serem empreendedores, podendo controlar a associação.

Quanto aos antigos sindicalistas, e posteriormente sócios de Emagrín, ainda que reconheçam não ser sua situação boa, lembram que o minifúndio dos parcelários não

⁹ Segundo Rocha Águila, 172 sócios ficaram na Emagrín. Destes, 112 teriam decidido vender suas ações e quarenta ficaram com elas. O autor não faz referência aos vinte restantes.

¹⁰ Se o cônjuge também fosse qualificado como sócio caberiam 3,5 hectares (ÁGUILA, 2008, p. 105).

seria uma boa saída. “Muitos podem dizer que estão bem, mas como? Quem pode cultivar estas parcelas? Muitos arrendam e trabalham dentro da própria parcela arrendada!”, recorda o senhor Pablo.

Consensual entre todos os grupos é a noção de que pouco se trabalhou na cooperativa: seja pela ausência dos Graña, na visão de velhos e novos parceleiros, seja pela falta de consciência política na percepção de homens como Zózimo Torres, todos concordam que o tempo da cooperativa, correspondeu a um tempo de pouco trabalho. Agora a situação mudou.

A antiga área de Emagrín foi arrematada pelo Interbank, credor, que a repassou ao banco de Crédito Industrial, que a vendeu ao grupo Romero, imensa organização que tem investimentos em vários ramos da economia peruana. O grupo Romero, então, organiza a empresa Santa Patrícia a partir de 2005, dedicando-se ao cultivo de aspargos, tangerina e abacate. Ali, os ex-sócios de Emagrín e outros parceleiros não têm lugar, porque a empresa só emprega gente jovem. Muitas vezes chegam de outros povoados, mesmo de regiões serranas, como Cajamarca, aflorando o preconceito da gente local, que os associa a ladrões e usuários de drogas.

Outro consenso dos entrevistados é a decadência de Huando: “Huando é uma desordem! Huando é um desastre!”, exclamam homens como Zózimo Torres. Sem casa própria para morar, com aposentadoria ínfima, o velho combatente, comparava no início deste século seu *pueblito* com outras fazendas como Jesus Del Valle. Em Huando, os camponeses pensavam que fazia falta um líder, “*un patrón*”, que organizasse a vida do povoado em crise. Huando não produzia mais laranjas, não conseguia mais atrair a atenção para seus problemas. A sede da fazenda está a quatro quilômetros do centro de Huaral, mas agora, como retomar a caminhada?

Os parceleiros lutavam com suas dificuldades, alguns um pouco melhor, outros tendo de trabalhar duro, na própria terra, que arrendavam e outros vendendo a *parcelita*. Já os antigos sócios de Emagrín, numa situação ainda mais grave: sem terra, sem trabalho, com uma aposentadoria ínfima. Huando era uma história de fracasso, que fazia um bem enorme a todos os detratores da reforma agrária velasquista. Era uma derrota em nível local de consequências profundas. O projeto coletivo, que resgatava uma visão idealizada sobre o antigo império inca, estava vencido. Sem dizer estas palavras, os antigos cultivadores sustentam que o neoliberalismo, que sublinha um individualismo a toda força, ecoava de forma mui vigorosa em Huando. Que cada um fizesse o que conseguisse de sua vida.

5. CONCLUSÃO

A fazenda Huando, formada desde o século XVI, passou para Andrés de los Reyes em 1820. Nos marcos em que ficou famosa, pode-se dizer que foi dinamizada por seu neto Antonio Graña de los Reyes, que começou a fazer dela o ponto de desenvolvimento para Huaral, conforme se pensava desenvolvimento no século XX. Antonio de los Reyes era o clássico *gamonal*, senhor de foice e facão, e conseguia a luz elétrica e água para seu povoado, além da estrada. A fazenda trocou, nos anos 1930, o algodão pela laranja Washington Navel, e fez dela famosa nacionalmente. Ali não valia a lei do Estado, mas a do patrão, como lembram nostalgicamente certos camponeses. Com a morte de D. Antonio, seu filho Carlos vende as ações a Antonio e Fernando, seus dois irmãos. Este é o tempo da fazenda. Laranja exportada para EUA e Europa, o dinheiro chegando. Nas memórias, o tempo do trabalho valorizado: salário, família, férias, seguro social. Para uns, sensibilidade social dos patrões, para outros, conquista do sindicato. Talvez um misto das duas coisas, pois os setores dirigentes costumam sensibilizar-se mais quando existem reivindicações. De todo modo a memória, que ficou preservada, não resgata tantos atos de violência física da parte dos patrões, o que pode ter haver com a tendência de supervalorizar o passado e esquecer os momentos mais duros ou avaliá-los sob uma ótica distinta.

No fim dos anos 1960 temos a luta pela reforma agrária. O sindicato não batalhava apenas por salário, mas se queria a terra. Após dois anos e meio de embates violentos, com a polícia sempre ao lado dos patrões, enfim conquista-se a terra. O tempo da cooperativa é o tempo da expectativa e da decepção. A memória produzida o associa ao não trabalho, a não produção, ao roubo. Manuel Mejía, escrevendo no momento de ascensão fujimorista (1990), mostra que nem tudo nas cooperativas foi desperdício e corrupção e que, principalmente a partir da segunda metade dos anos 1970, faltou mesmo apoio governamental, na forma de créditos, e que, a partir dos anos 1980, a agricultura cooperativista, ou mesmo a parcelaria, tinha que competir com a importação de alimentos.

Na memória huandenha, entretanto, não se percebe matizes: os sócios acusam os dirigentes de roubo, estes acusam aqueles de não trabalhar. Finalmente vem o tempo da parcelação. Os ex-sócios chamam de vírus da parcela: “pensaram que iam ficar milionários!”, lembra o senhor Teodoro. Em verdade, pensavam em garantir sua

sobrevivência. Os ex-sócios, como vimos, viveriam uma crise importantíssima da qual não se recuperariam.

O consenso de que Huando é uma desordem abarcava todos os grupos. Numa busca na *internet*, encontro um artigo sobre turismo, que aponta o abandono da *casa-hacienda*, e que não há sequer um plano de visita guiada (Turismo Inca, 2016). Deste modo, o sonho de Zózimo Torres, Pedro Rojas e outros terminava de forma melancólica. A vida do dia-a-dia mostrava-se muito mais dura do que se imaginaria. A mentalidade tão acostumada à possibilidade do látigo patronal não tinha mudado. Em Santa Patrícia, agora, segundo os campesinos, trabalha-se até doze horas por dia. O tempo da empresa resgata em feições neoliberais o tempo da *hacienda*, sem o velho paternalismo patronal.

6. REFERÊNCIAS

ÁGUILA, Juan Alberto Rocha. *Cambios en la Tenencia de la Tierra en Huando: Un análisis de las Trayectorias Ideológicas y Socioeconómicas de los Trabajadores Beneficiarios por la Reforma Agraria*. Lima: PUCP, 2008. Tesis de Licenciatura en sociología.

_____. Soy Huando. *La Colmena*, n. 3, p. 4-13, 2010.

BONFIGLIO, Giovanni (org). *Las Parcelaciones de las Cooperativas Agrarias en el Perú*. Chiclaio: Solidaridad, 1985.

BURENIOS, Charlotte. *Huando: Testimonio de un Fracaso; Habla El Sindicalita Zózimo Torres*. Lima: IEP, 2001.

CORREA, Rubio Marcial Huando: Reforma Agraria y Derecho. *Revista de Derecho*, Lima, PUCP, p. 123-147, 1973.

COTLER, Julio. *Peru: Estado, Classe e Nação*. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2006.

DI LA GALA, Angel Fernández. La Reforma Agraria no Fracasa, tampoco los Campesinos. Lo que Fracasa son las Cooperativas. In: BONFIGLIO, Giovanni (Org.). *Las Parcelaciones de las Cooperativas Agrarias en el Perú*. Chiclaio: Solidaridad, 1985.

GINZBURG, Carlo. *O Queijo e os Vermes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

LÓPEZ, Fernando Eguren. La Nueva Estructura Cooperativa. In: BONFIGLIO, Giovanni (org.). *Las Parcelaciones de las Cooperativas Agrarias en el Perú*. Chiclaio: Solidaridad, 1985.

MAYER, Enrique. *Cuentos Feos de la Reforma Agraria*. Lima: IEP, 2001.

MEDRANO, Eduardo Toche. *Guerra y Democracia; Los Militares Peruanos y La Construcción Nacional*. Lima: Desco-clacso, 2008.

MEJÍA, José Manuel. *La Neoreforma agraria*. Lima: IEP, 1990.

OTERO, Luiz Gamarra. Un Testimonio Personal. In: CÁCERES, Iliana Veja (Org.). *A Treinta y Ocho Años de la Reforma Agraria*. Lima: Fundación Federico Bustamante, 2007.

RADA, Marina Zuloaga. *La conquista negociada: Guarangas, autoridades locales e império en Huaylas, Perú (1532-1610)*. Lima: IEP, 2012.

RIBEIRO, Vanderlei Vazelesk. *Cuestiones Agrarias en el Varguismo y el Peronismo*. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 2008.

_____. Das Cooperativas sob Intervenção Militar à Parcelação de Corte Neoliberal: Contradições do Processo de Reforma Agrária Peruano (1969-1993). *Revista Tempos Históricos*, v. 18, p. 259-278, 2014a.

_____. Da Reforma Agrária à Questão Ambiental: movimentos camponeses no Peru (1947-2009). *Revista Convergência Crítica*, v.2, p. 41-60, 2014b.

SALGADO, Carlos Monge. *Agremiación en El Campo Peruano: La Historia de La Confederación Campesina*. Lima: Latino-American Studies Association, 1989.

SALOMÓN, Alejandra, *El Peronismo en Clave Rural y Local*. Quilmes: Universidade Nacional de Quilmes, 2009.

Turismo Inca – Paseando Por Huaral, Ex-hacienda Huando. Blog Turismo Inca. Disponível em: <http://www.blogturismo inca.com/2016/01/paseando-por-huaral-ex-hacienda-huando.html>, acesso em: 02 set. 2017.

Recebido em 14/11/2017.

Aceito em 01/12/2017.

Publicado em 29/12/2017.

DOI: 10.11606/issn.1676-6288.prolam.2017.140518

ISSN: 1676-6288